

RODRIGO MAZZEI

# **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

RECURSO DE SANEAMENTO COM FUNÇÃO  
CONSTITUCIONAL

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br  
Diagramação e Capa: Editora Thoth  
Revisão: o autor  
Editor chefe: Bruno Fuga  
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes  
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

### Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissina • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mazzei, Rodrigo.

Embargos de declaração: recurso de saneamento com função constitucional /  
Rodrigo Mazzei. Londrina, PR: Thoth, 2021.

559 p.

Bibliografias: 487-510  
ISBN 978-65-5959-093-3

1. Embargos de declaração. 2. Direito Processual Civil. 3. Recurso de saneamento.  
4. Função constitucional. I. Título

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático  
1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.  
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

## SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
NOTA DO AUTOR.....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
PREFÁCIO .....	11

### PARTE I

INTRODUÇÃO .....	25
------------------	----

#### CAPÍTULO 1

PALAVRAS INICIAIS DE ABERTURA .....	27
-------------------------------------	----

### PARTE II

O INSTITUTO AO LONGO DA HISTÓRIA .....	31
----------------------------------------	----

#### CAPÍTULO 2

RESENHA HISTÓRICA .....	33
2.1 Origem lusitana .....	33
2.1.1 Registros iniciais.....	35
2.1.2 Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.....	37
2.1.2.1 Ordenações Afonsinas.....	39
2.1.2.2 Ordenações Manuelinas.....	42
2.1.2.3 Ordenações Filipinas.....	43
2.1.2.4 Ordenações e embargos de declaração: breve análise e pequenas conclusões.....	45
2.2 Do Regulamento 737/1850 aos códigos estaduais .....	49
2.2.1 Regulamento Comercial 737/1850 .....	49
2.2.2 Consolidação de ribas .....	52
2.2.3 Consolidação de José Higinio Duarte Pereira .....	54
2.2.4 Códigos Estaduais de Processo Civil.....	56

2.2.4.1 Código de Processo do Estado da Bahia.....	58
2.2.4.2 Código de Processo Civil e Comercial do Estado de São Paulo.....	59
2.2.4.3 Código de Processo do Estado de Minas Gerais.....	62
2.2.4.4 Código do Processo Civil e Comercial do Rio Grande do Sul.....	63
2.2.4.5 Código do Processo Civil e Comercial do Distrito Federal.....	65
2.2.5 Os Códigos Estaduais de Processo Penal.....	66
2.3 Do Código de Processo Civil de 1939.....	67
2.4 Do Código de Processo Civil de 1973.....	78
2.6 Da tentativa frustrada de reforma.....	93
2.7 Resumo da evolução legislativa comparativa do Código de Processo Civil de 1939 até os dias de hoje.....	96
2.8 Projeto do “novo” Código de Processo Civil.....	98
2.9 Projeto do “novo” Código de Processo Penal.....	103

### PARTE III

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E INSTITUTOS AFINS NO DIREITO ESTRANGEIRO .....	105
---------------------------------------------------------------------------	-----

#### CAPÍTULO 3

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ORDENAMENTOS ESTRANGEIROS .....	107
3.1 Portugal.....	109
3.2 Itália.....	118
3.3 Alemanha.....	123
3.4 Argentina.....	125
3.5 Outros países .....	130
3.5.1 Espanha.....	130
3.5.2 Chile.....	131
3.5.3 França.....	131
3.5.4 Uruguai.....	132
3.5.5 Colômbia.....	133
3.5.6 Equador.....	134
3.5.7 México.....	135
3.5.8 Nicarágua.....	136
3.5.9 Peru.....	136
3.5.10 Venezuela.....	137
3.5.11 Guatemala.....	137
3.5.12 Estados Unidos.....	138

#### CAPÍTULO 4

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO DIREITO CANÔNICO .....	139
--------------------------------------------------	-----

**PARTE IV**

O INSTITUTO E SUA PRESENÇA MARCANTE NOS TEXTOS LEGAIS.....	143
------------------------------------------------------------	-----

**CAPÍTULO 5**

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E SUA PREVISÃO FORA DO CORPO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	145
5.1 Os embargos de declaração e o processo do trabalho: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) .....	146
5.1.1 Principais dispositivos legais .....	146
5.1.2 Prazo para manejo .....	148
5.1.3 Natureza jurídica.....	150
5.1.4 Hipóteses de cabimento .....	151
5.1.5 Da previsão legal do efeito modificativo .....	156
5.1.5.1 Efeito modificativo: omissão e contradição.....	157
5.1.5.2 Efeito modificativo: manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.....	157
5.1.5.3 Efeito modificativo: necessidade de contraditório e outras questões afins.....	164
5.1.6 Prequestionamento.....	165
5.1.7 Embargos de Declaração e as decisões unipessoais proferidas pelo relator em sede de tribunais .....	169
5.1.8 Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil: pontos comuns e alguns conflitos .....	173
5.1.9 O problema do artigo 895, §1º, IV, DA CLT: Embargos de Declaração de Certidão? .....	174
5.1.10 Outras questões .....	177
5.2 Embargos de declaração no Código de Processo Penal .....	179
5.2.1 Dispositivos que regulam os Embargos de Declaração .....	179
5.2.2 Projeto de mudança do Código de Processo Penal.....	181
5.2.3 Prazo para manejo .....	185
5.2.4 Natureza jurídica.....	190
5.2.5 Hipóteses de cabimento .....	191
5.2.6 A possibilidade de rejeição liminar .....	192
5.2.7 Preservação do prazo para outros recursos.....	194
5.2.8 Outras peculiaridades.....	197
5.3 Os Embargos de Declaração no Código Eleitoral .....	198
5.3.1 Principais dispositivos legais .....	198
5.3.2 Prazo para manejo .....	199
5.3.3 Natureza jurídica.....	204

5.3.4 Hipóteses de cabimento .....	204
5.3.5 Das decisões embargáveis .....	205
5.3.6 Da preservação do prazo para outros recursos .....	207
5.3.7 Efeito suspensivo (propriamente dito).....	212
5.3.8 Outras peculiaridades.....	213
5.4 Os Embargos de Declaração nos Juizados Especiais (LEIN•9.099/1995)..	214
5.4.1 Dispositivos legais .....	215
5.4.2 Prazo para manejo.....	217
5.4.3 Natureza jurídica.....	218
5.4.4 Hipóteses de cabimento .....	218
5.4.5 Das decisões embargáveis .....	222
5.4.6 Da preservação do prazo para outros recursos .....	223
5.4.7 Da possibilidade de apresentação oral.....	225
5.4.8 Outras peculiaridades.....	227
5.5 Dos Embargos de Declaração nos regimentos internos de Tribunais Superiores (STF, STJ e TST).....	227
5.5.1 Os Embargos de Declaração no regimento interno do Supremo Tribunal Federal.....	228
5.5.2 Os Embargos de Declaração no regimento interno do Superior Tribunal de Justiça.....	232
5.5.3 Os Embargos de Declaração no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho.....	235
5.6 Dos Embargos de Declaração e a Arbitragem (lei 9.307/1996) .....	238
5.6.1 Previsão legal.....	238
5.6.2 Procedimento e prazo para manejo .....	240
5.6.3 Natureza jurídica.....	244
5.6.4 Hipóteses de cabimento .....	244
5.6.4.1 Erro material.....	245
5.6.4.2 Obscuridade, contradição e omissão.....	247
5.6.4.3 Dúvida.....	247
5.6.5. Contraditório .....	248
5.6.6 Efeito modificativo.....	250
5.6.7 Preservação do prazo para ‘ação de nulidade’ (artigo 33) .....	251
5.6.8 Da não apresentação da decisão de aditamento no prazo legal.....	253

## PARTE V

NATUREZA JURÍDICA E ÂMBITO DE ATUAÇÃO (ANÁLISE INFRACONSTITUCIONAL COM APOIO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL) .....	255
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

**CAPÍTULO 6**

NATUREZA JURÍDICA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	257
6.1 Argumentos usados para descartar os Embargos de Declaração do rol dos recursos .....	258
6.2 Argumentos que nos convencem que os Embargos de Declaração devem ser tratados como recurso.....	262

**CAPÍTULO 7**

ESPÉCIE RECURSAL DIFERENCIADA: RECURSO DE SANEAMENTO.....	267
-----------------------------------------------------------	-----

**CAPÍTULO 8**

HIPÓTESES DE CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	273
8.1 Embargos de Declaração e seu foco no <i>error in procedendo</i> .....	275
8.2 A legislação infraconstitucional submete-se ao reclame de decisão fundamentada da Constituição Federal de 1988.....	279
8.3 Da dúvida .....	281
8.4 Da obscuridade.....	284
8.5 Da contradição .....	286
8.6 Omissão .....	289
8.6.1 Omissão: necessidade de sistematização.....	291
8.6.1.1 Omissão ontológica e omissão relacional.....	291
8.6.1.2 Omissão direta e indireta.....	298
8.7 Erro material.....	303
8.8 Do <i>'lapso manifesto'</i> (erro de fato, erro manifesto e erro evidente) .....	307

**PARTE VI**

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	315
------------------------------------------------------------------	-----

**CAPÍTULO 9**

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	317
9.1 Devido processo legal .....	321
9.2 Isonomia.....	322
9.3 Contraditório e ampla defesa .....	324
9.4 Juiz natural.....	325
9.5 Inafastabilidade da jurisdição .....	326
9.6 Motivação das decisões .....	327
9.7 Publicidade dos atos processuais.....	331

9.8 Razoável duração do processo.....	331
9.9 Duplo grau de jurisdição.....	332

## **CAPÍTULO 10**

### **A NECESSIDADE DE “RELEITURA” DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DIANTE DO NOVO QUADRO CONSTITUCIONAL** 333

10.1 Os Embargos de Declaração e o devido processo legal.....	338
10.2 Os Embargos de Declaração e a isonomia.....	340
10.3 Os Embargos de Declaração e o contraditório e a ampla defesa.....	342
10.4 Os Embargos de Declaração e o juiz natural.....	357
10.5 Os Embargos de Declaração e a inafastabilidade da jurisdição.....	361
10.6 Os Embargos de Declaração e a motivação das decisões.....	364
10.7 Os Embargos de Declaração e a publicidade.....	373
10.8 Os Embargos de Declaração e a razoável duração do processo.....	378

## **PARTE VII**

### **A SINGULARIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO FRENTE AOS PRINCÍPIOS RECURSAIS**..... 389

## **CAPÍTULO 11**

### **PRINCÍPIOS RECURSAIS E SUA ANÁLISE FRENTE EMBARGOS DECLARATÓRIOS: UM CONFRONTO NECESSÁRIO**..... 391

## **CAPÍTULO 12**

### **OS PRINCÍPIOS DOS RECURSOS PROPRIAMENTE DITOS**..... 393

12.1 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	394
12.2 Princípio da taxatividade.....	398
12.3 Princípio da singularidade.....	400
12.4 Princípio da fungibilidade.....	401
12.5 Princípio da dialeticidade.....	404
12.6 Princípio da voluntariedade.....	404
12.7 Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	405
12.8 Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	407
12.9 Princípio da consumação.....	408
12.10 Princípio da complementariedade.....	409

## **CAPÍTULO 13**

### **OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ANÁLISE COM OS PRINCÍPIOS RECURSAIS DESTACADOS**..... 411

13.1 Os Embargos de Declaração e o princípio do duplo grau de jurisdição.....	411
-------------------------------------------------------------------------------	-----



13.2 Os Embargos de Declaração e o princípio da taxatividade .....	415
13.3 Os Embargos de Declaração e o princípio da singularidade .....	420
13.4 Os Embargos de Declaração e o princípio da fungibilidade.....	427
13.5 Os Embargos de declaração e o princípio da dialeticidade ( <i>como manifestação do Contraditório</i> ).....	441
13.6 Os Embargos de Declaração e o princípio da voluntariedade .....	444
13.7 Os Embargos de Declaração e o princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias .....	455
13.8 Os Embargos de Declaração e o princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	458
13.9 Os Embargos de Declaração e o princípio da consumação.....	462
13.10 Os Embargos de Declaração e o princípio da complementariedade..	466

## PARTE VIII

CONCLUSÃO .....	469
-----------------	-----

### CAPÍTULO 14

PALAVRAS FINAIS DE FECHAMENTO E CONCLUSÃO.....	471
------------------------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	487
-------------------	-----

ANEXO .....	511
-------------	-----